



» Entrevista | MARGARETH DALCOLMO | PESQUISADORA DA FIOCRUZ

Especialista desaprova as flexibilizações feitas no país e critica a falta de incorporação de remédios contra covid-19 no SUS

“É precoce desobrigar uso de máscaras em locais fechados”

» MARIA EDUARDA CARDIM

Mauro Pimentel



Ainda que, em diversos momentos da pandemia da covid-19, os discursos governamentais, considerados nocivos por especialistas, tenham manchado a imagem do Brasil no cenário internacional, o comportamento do país no combate ao novo coronavírus é considerado razoável diante dos altos e baixos vividos nestes dois anos de pandemia. A opinião é da pneumologista Margareth Dalcolmo, um dos nomes de destaque do Brasil no enfrentamento à covid-19.

Em contato com pesquisadores do mundo inteiro, a pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) avalia que o Brasil viveu dois extremos nos momentos de enfrentamento ao vírus SARS-CoV-2. “Eu acho que o Brasil teve imagens boas e ruins. Vivemos essa dualidade o tempo todo. Nós enfrentamos a contradição de termos feito estudos extraordinários de fase três de vacinas contra covid-19 e não termos feito as encomendas no tempo certo, por exemplo”, afirma.

Em Brasília para lançar o livro Um tempo para não esquecer — A visão da ciência no enfrentamento da pandemia do coronavírus e o futuro da saúde, que reúne artigos da pesquisadora que documentam o transcorrer da pandemia, Dalcolmo conversou com o Correio sobre as flexibilizações feitas atualmente no país e sobre o futuro da pandemia no Brasil e criticou a falta de incorporação de um remédio para tratamento da covid-19 no Sistema Único de Saúde (SUS).

Para ela, o Brasil precisa pensar em nacionalizar os medicamentos já aprovados e recomendados para o tratamento da doença para impedir que os preços das medicações se tornem proibitivos para o país. Além disso, a pesquisadora acredita que a quarta dose da vacina, hoje recomendada somente para grupos específicos, deve ser estendida à população em geral nos próximos meses, mas acha pouco provável ser necessário fazer campanhas de vacinação anuais como se faz para o vírus influenza, por exemplo. Confira a entrevista:

Como a senhora avalia o momento atual da pandemia no Brasil?

A pandemia da covid-19 guarda uma dinâmica muito própria. Ela tem as características de uma virose aguda de transmissão respiratória com patógeno novo, com uma cepa original muito transmissível, com alta letalidade e alta morbidade. Outras variantes seguiram causando grande poder de disseminação até a presente situação, que é um momento em que se somam fatores como uma variante nova, menos agressiva, de maior taxa de transmissibilidade, contra uma taxa de vacinação, no Brasil, razoavelmente alcançada. Hoje, nós temos situação com 80% praticamente da população vacinada, ainda faltando alguns milhões de pessoas a serem resgatadas para a terceira dose e até para a segunda dose. A nossa expectativa é de que, como todas as viroses de transmissão respiratória aguda, neste momento, somados esses fatores, a covid-19 comece a ir diminuindo. Mas nós ainda não temos uma situação que, a meu juízo, permita, por exemplo, as medidas tomadas recentemente, como a liberação de máscaras nos ambientes fechados.

Se você me perguntar: ‘Não vai ter outra variante?’ Não sei dizer. Nós não sabemos. O número de suscetíveis à doença precisa diminuir mais, nós ainda temos muitos circulando por aí e que podem ajudar a disseminar o vírus em um eventual aparecimento de uma nova cepa variante”

Mas essa flexibilização do uso de máscaras em ambientes abertos é uma questão pacificada na comunidade científica?

Sim, nós já estamos dizendo isso desde o fim de novembro. Desde antes do aparecimento da cepa ômicron. Nós já estamos falando que poderíamos, dada à taxa de vacinação alta alcançada, dispensar o uso de máscaras em atividades isoladas. Você precisa ter um certo bom senso. Uma festa ou um luau com 2 mil pessoas, com tudo agarradinho, não é exatamente estar ao ar livre. Agora, caminhar, ir em parques, praias, tudo isso pode ser sem máscaras.

A senhora acredita que desobrigar o uso de máscaras em ambientes fechados é precoce?

Eu, particularmente, acho que é precoce, sim. Acho que nós não podemos ainda falar em controle total porque nós ainda temos um número de mortes atribuídas à doença bastante considerável. Embora a taxa de hospitalização tenha realmente diminuído, ela não é zero.

E qual é, agora, a prioridade no combate à pandemia no Brasil?

Vacinar as crianças, completar a vacinação de quem ainda não o fez e fazer vigilância epidemiológica. Porque se você me perguntar: “Não vai ter outra variante?” Não sei dizer. Nós não sabemos. O número de suscetíveis precisa diminuir mais, nós ainda temos muitos circulando por aí que podem ajudar a disseminar o vírus em um eventual aparecimento de uma nova cepa variante.

E a quarta dose da vacina? A senhora acredita que ela será estendida? Ou teremos uma

vacinação anual como acontece com a vacina da gripe?

Acho que a quarta dose deverá ser estendida a todo mundo a partir dos 18 anos de idade nos próximos meses. Essa é a minha expectativa. Neste momento, nós estamos vacinando vulneráveis, pessoas idosas ou com doenças de imunossupressão, mas a minha expectativa é de que nós vacinemos todos, a partir dos 18 anos, com uma quarta dose, nos próximos meses. Haverá seguramente uma segunda geração de vacinas, já estabelecidas com cepas novas. Há estudos sendo feitos nesse sentido, mas eu não creio, não tenho a expectativa e acho pouco provável que nós precisemos fazer vacinações anuais como se faz para o vírus influenza.

Agora, com autonomia da produção do imunizante, o olhar se volta para os medicamentos contra a covid-19. Já existem alguns aprovados pela Anvisa, mas nenhum incorporado ao SUS. Qual é o impacto disso?

É uma pena. De novo, nós estamos atrasados. Nós deixamos de utilizá-los durante o aparecimento da cepa ômicron, não pudemos, foi uma pena porque deixamos de tratar milhares de pessoas. Então, nós precisamos

nacionalizar esses produtos para que, inclusive, os preços deles, que são proibitivos para o Brasil, baixem. Nós já estamos em negociação para a fabricação do monupiravir por Farmanguinhos, por meio da Fiocruz no Brasil.

O governo federal já fala em uma possível reclassificação da pandemia para endemia. Isso é possível?

Isso não existe. Isso é uma retórica completamente equivocada. Quem vai dizer se a pandemia está controlada é a Organização Mundial da Saúde (OMS). Não é um título honorífico dizer que hoje não é mais pandemia porque eu quero que não seja. Para isso ser considerado de maneira correta do ponto de vista epidemiológico será necessário reduzir, para muito perto de zero, o número de hospitalização e de morte pela doença. Então, eu consideraria isso um exercício retórico.

Ainda falando sobre o Brasil, qual é a imagem que o país passa no cenário internacional em meio à pandemia?

Eu acho que o Brasil teve imagens, digamos, boas e ruins. Tivemos tudo. Primeiro, não nos preparamos adequadamente

instituições brasileiras públicas, como a Fiocruz e o Instituto Butantan, terem tido, no caso da Fiocruz, a iniciativa de fazer a encomenda tecnológica de nacionalização de uma vacina. O resultado disso hoje, em uma fase de mais ou menos controle pandêmico, é de autonomia. O Brasil, hoje, assegurou a autonomia na produção de vacinas para covid-19.

É preciso falar também sobre a politização da pandemia, certo?

Exceto essa enorme politização da pandemia feita pelo discurso governamental, que, a meu juízo, foi profundamente nocivo ao país, eu acho que nesse balanço, de altos e baixos, o Brasil teve um comportamento bastante razoável no combate ao novo coronavírus. Vivemos essa dualidade o tempo todo. Não precisávamos ter vivido tragédias paralelas à epidemia. Nós não precisávamos ter vivido a tragédia de Manaus. Manaus foi o primeiro local que teve pico epidêmico em abril de 2020 e nós sabíamos que a imunidade conferida pela doença era efêmera. Então, Manaus poderia ter se preparado para um eventual aparecimento de uma nova cepa. Não precisaríamos ter vivido a tragédia de oxigênio no norte do país. Não precisaríamos ter vivido o escândalo que foram os hospitais de campanha no Rio de Janeiro, o atraso no processo de vacinação. Nós vivemos a contradição de termos feito estudos extraordinários de fase três e não termos feito as encomendas no tempo certo.

Passados esses dois anos de pandemia, como a senhora avalia que o Brasil vai sair desse momento em termos científicos?

Acho que dois produtos positivos saíram dessa tragédia que se abateu sobre nós. Primeiro, a grande capacidade de produção da comunidade científica e o reconhecimento por parte da sociedade civil brasileira, que não nos conhecia, que não sabia que existia uma ciência nacional. Muitos de nós saímos dos nossos casulos, laboratórios, consultórios e viemos a público. A sociedade quando nos reconhece, confia em nós. Então, a sociedade brasileira hoje sabe que existe uma ciência genuinamente nacional, que trabalha e está comprometida com ela. O segundo produto que eu considero extremamente positivo é que o Brasil é um país que nos constrange tanto pela sua enorme desigualdade, e, na verdade, a iniciativa privada, pela primeira vez de maneira robusta, mostrou um comparecimento muito impressionante.

Como assim?

Na primeira entrevista pública que eu dei sobre a pandemia da covid-19, eu disse que a iniciativa privada teria que parecer pesadamente ou a tragédia seria maior. E nós tivemos muitas doações. O que nós precisamos agora é criar no Brasil uma cultura de um novo voluntariado ou o que eu chamo de um voluntariado de nova qualidade. Instituir isso e incorporar a nossa cultura. É preciso diminuir essa distância tão grande entre quem tem e quem não tem. Lembrando que milhares de pessoas entraram na linha de pobreza durante esses dois anos de pandemia. E um terceiro produto, e não menos importante, obviamente, foi que, a despeito de todas as dificuldades, o SUS respondeu.



Acho que a quarta dose deverá ser estendida a todo mundo a partir dos 18 anos de idade nos próximos meses. (...) Mas eu não creio, não tenho a expectativa e acho pouco provável que nós precisemos fazer vacinações anuais como se faz para o vírus influenza”